



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015



Índice

Índice	2
1 - Introdução.....	3
2 - Análise Orçamental	5
2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas	5
2.2 - Execuções orçamentais	7
3 - Despesas com o pessoal	10
4 – Balanço e Demonstração de Resultados	11
4.1 - Balanço.....	11
4.2 – Demonstração de resultados	15
5 – Situação Financeira.....	18
5.1 – Análise de Rácios	20
5.2 – Endividamento.....	22
5.3 – Lei dos compromissos	23
6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício	24
7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	25



1 - Introdução

Foram elaborados os documentos de prestação de contas relativos ao ano de 2015, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o controlo jurisdicional de Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Os documentos de prestação de contas, bem como as regras para a sua elaboração e a quem deverão ser enviados, estão definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Os princípios fundamentais relativos à contabilidade, prestação e auditoria externa das contas estão delineados na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro - Lei das Finanças Locais (LFL).

Estes documentos deverão para além de servir para controlo das entidades competentes, avaliar a gestão dos recursos no período em causa tendo como objetivo a apresentação dos resultados de uma forma clara e concisa.

O ano de 2015 foi um ano de grande contenção a nível de despesas tal como tem acontecido nos anos anteriores, situação causada tanto pela austeridade verificada a nível nacional, bem como a necessidade do Município de Celorico da Beira reduzir as dívidas a terceiros de modo a cumprir com as imposições da LFL ao nível do endividamento.

A situação de desequilíbrio financeiro estrutural decretada pela Assembleia Municipal em 2012 nos termos da Lei das Finanças Locais em



vigor na altura também condicionou a atividade do Município de Celorico da Beira, visto que se tem tentado cumprir com o estipulado no plano de reequilíbrio financeiro com a respetiva adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). A 18 de março de 2015, o Município apresentou uma candidatura ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o estipulado na Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas, pelo que os mesmos deverão ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, após as devidas deliberações por parte do Executivo e da Assembleia Municipal. A Comissão do Executiva do FAM aprovou a adesão do Município a 01-09-2015, mas entretanto a própria Comissão solicitou já este ano uma reestruturação do mesmo tendo em consideração a posição do Tribunal de Contas em relação aos planos de outros Municípios, estando essa reestruturação a ser analisada à presente data.

Apesar da prioridade em reduzir o montante da dívida, em 2015 o Município de Celorico da Beira conseguiu concluir investimentos em infraestruturas. Dentro dos investimentos realizados destacam-se a conclusão das obras de beneficiação da “EN17 - EM 554 (Mesquitela)”, reparações no ginnodesportivo, bem como diversas obras por administração direta.

Este relatório pretende de uma forma simples, analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram no ano de 2015. Serão feitas análises à situação orçamental, despesas com o pessoal e demonstrações financeiras, bem como uma análise à situação financeira de um modo geral e enquadrado na conjuntura atual.



2 - Análise Orçamental

Iremos analisar de seguida a evolução das despesas e receitas orçamentais contidas no mapa de fluxos de caixa, e das execuções orçamentais:

2.1 – Receitas obtidas e despesas pagas

	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Correntes	6.435.777	6.006.408	7.083.083	7.839.189	8.160.955
Despesas Correntes	7.379.987	7.113.950	6.832.605	6.272.467	7.009.864
Outras receitas	270.077	4.279	5.702	2.130	6.240
	-944.210	-1.107.542	250.479	1.566.722	1.151.091

	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas de Capital	2.750.782	4.253.407	2.553.148	1.324.473	867.705
Despesas de Capital	1.865.220	3.255.933	2.800.462	2.946.519	1.997.723
	885.562	997.473	-247.314	-1.622.045	-1.130.019

De acordo com o art. 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a regra de equilíbrio orçamental prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Esta nova regra altera o pressuposto do POCAL anteriormente em vigor, em que bastava apenas que as receitas correntes fossem iguais ou superiores às despesas correntes. Tendo em conta a nova regra de equilíbrio orçamental, considerando que as amortizações médias em 2015 foram de acordo com os nossos cálculos de 2.056.971€, calculadas de acordo com a Lei e com a nota explicativa do SATAPOCAL sobre esta matéria, temos os seguintes valores:



	2015
Receitas Correntes	8.156.127
Despesas Correntes	7.065.664
Amortizações médias	2.056.971
	-966.508

De acordo com os valores atrás apresentados, o Município não se encontra em equilíbrio, por imposição da nova Lei das Finanças Locais, apesar de cumprir com o estipulado no POCAL. Este facto deve-se essencialmente à existência de um empréstimo da CGD, contraído em Maio de 1998, cujas amortizações de capital se encontram em atraso, situação essa negociada com a entidade bancária, onde a respetiva liquidação total estava prevista no plano de reequilíbrio financeiro, estando a sua reestruturação já negociada com o banco no âmbito da adesão ao FAM. Por uma questão de prudência e transparência decidiu-se incluir a dívida total nas amortizações médias, apesar das negociações efetuadas para a reestruturação da dívida.

No que diz respeito às receitas provenientes dos fundos estatais, verificamos que houve um aumento de 294.667€ face a 2014, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

	FEF			FSM	IRS	Total
	Corrente	Capital	Total FEF			
2014	4.467.489	496.388	4.963.877	118.615	108.696	5.191.188
2015	4.663.344	518.149	5.181.493	153.723	150.639	5.485.855



Deve-se salientar também que o aumento das receitas de IMI, IMT e derrama, levaram a um aumento das receitas próprias correntes em cerca de 37.000€ face ao ano anterior.

2.2 - Execuções orçamentais

	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas Correntes	47,25%	43,85%	94,78%	105,23%	98,96%
Receitas de Capital	32,16%	45,38%	9,58%	5,27%	3,83%
Total Geral	42,25%	45,20%	28,24%	28,11%	29,24%

	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas Correntes	52,71%	50,98%	42,73%	40,34%	43,24%
Despesa de Capital	21,81%	34,73%	15,30%	28,10%	13,48%
Total Geral	40,99%	44,45%	28,09%	28,12%	29,03%

	2011	2012	2013	2014	2015
Execução do PPI	45,00%	44,16%	79,71%	70,51%	60,41%

As percentagens das execuções orçamentais em 2015, à semelhança das execuções de 2014 e 2013, foram muito inferiores às execuções dos anos anteriores, devido ao facto do Município ter orçamentado através de alterações ao orçamento de 2015, as despesas e receitas associadas aos financiamentos de reequilíbrio financeiro e do PAEL, de acordo com os princípios contabilísticos em vigor, mas que não foram executadas devido à não obtenção do visto do Tribunal de Contas, o que impediu a obtenção dos financiamentos. O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) apresenta uma execução inferior a 2014, visto que em 2015 não houve tantas obras cofinanciadas por fundos



comunitários como nos anos anteriores, sendo que grande parte dos valores constantes no PPI são relativos a dívidas a aguardar financiamento do FAM. O valor executado em 2015 deve-se essencialmente à execução dos projetos previstos para o próprio ano no orçamento de 2015, bem como através da liquidação de algumas dívidas de anos anteriores.

A nível da receita foram previstos 21.838.128,20€ de receitas de capital relativos a empréstimos de PAEL e reequilíbrio financeiro que não foram recebidos em 2015, o que levou a uma baixa execução das receitas de capital. Deve-se no entanto salientar a execução das receitas correntes de 98%, sinal do rigor incorporado na elaboração do orçamento para 2015.

No que diz respeito às despesas, tal como aconteceu no ano anterior, houve diversos encargos correntes e de capital, associados ao reequilíbrio financeiro e ao PAEL que tiveram de ser orçamentados, cabimentados e comprometidos conforme o exigido pelo Tribunal de contas e que não foram pagos em 2015, dado não se ter obtido os financiamentos. À semelhança do que já tinha acontecido em 2014, também houve despesa não executada relativa aos empréstimos em dívida a incluir no processo de reequilíbrio financeiro e PAEL que totalizava cerca de 6.966.329€ em capital, para além da despesa com a amortização dos novos financiamentos que acabaram por não ser contraídos, e que totalizaram cerca de 70.000€ de capital e 431.000€ em juros. Previu-se inicialmente a despesa que visava cobrir a dívida da EMCEL de 1.300.000€ incluída no reequilíbrio financeiro, e também se registou a totalidade da dívida de capital e juros associados à cessão de créditos da construção da variante em cerca de 3.774.000€. A não execução destas



despesas orçamentadas contribuíram para os baixos valores de execução na despesa pelo que se deverá ter em consideração a não obtenção dos financiamentos atrás mencionados.



3 - Despesas com o pessoal

Em termos de despesas com o pessoal, os valores de 2015 são os seguintes de acordo com a demonstração de resultados:

	2014	2015	Diferença
Remunerações	2.485.038,95	2.535.911,75	50.872,80
Encargos Sociais	691.003,66	710.979,29	19.975,63
	3.176.042,61	3.246.891,04	70.848,43

Entre 2015 e 2014, houve um aumento de despesas com pessoal, sendo esse aumento justificado com a redução dos cortes salariais que se verificaram em anos anteriores, indemnizações por cessação de funções, aumento dos encargos com a saúde, aumento das remunerações por doença e respetivos encargos da entidade sobre os rendimentos pagos.

É de referir também que no cumprimento da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, o Município remeteu mensalmente informação à DGAL sobre as despesas com o pessoal.



4 – Balanço e Demonstração de Resultados

Relativamente às demonstrações financeiras, iremos de seguida mencionar as rubricas que achamos necessitarem de uma breve explicação tendo em conta os respetivos valores.

4.1 - Balanço

- Classe 4 - Imobilizado

	2011	2012	2013	2014	2015	2015-2014
Imob. Domínio Publico	24.470.139	24.900.535	25.325.811	25.596.399	24.898.046	-698.353
Imob. Corpóreo	16.866.783	16.539.066	19.918.732	19.698.348	19.481.162	-217.185
	41.336.922	41.439.601	45.244.544	45.294.746	44.379.209	-915.538

Da análise desta classe do balanço verifica-se um decréscimo no património da Autarquia comparativamente ao ano anterior, situação essa que deriva do facto de que os bens de imobilizado são depreciados anualmente de acordo com as regras contabilísticas vigentes, apesar dos incrementos patrimoniais resultantes das obras que se iniciaram e outras que concluíram em 2015.



- Conta 271 - Acréscimos de Proveitos

Nesta conta estão refletidos os proveitos de 2015 e anos anteriores, mas que só irão ser recebidos em anos posteriores, como por exemplo os impostos municipais.

- Conta 55 – Ajustamento de partes de capital em empresas

Esta conta foi movimentada pelos ajustes efetuados no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, no cálculo do valor da participação na EMCEL, tendo em conta o património real da própria empresa.

- Conta 59 – Resultados transitados

O resultado negativo desta conta em 2015 foi diminuído devido à aplicação dos resultados líquidos positivos de 2014 no valor de 1.603.304,19€.

- Passivo

Analisando o historicamente o passivo, chegamos aos seguintes valores:

	2011	2012	2013	2014	2015	2015-2014
Dívidas a 3ºs de Curto Prazo	15.317.380	15.127.691	15.903.296	15.320.458	14.763.760	-556.698
Dívidas a 3ºs de MLP	9.481.659	7.787.430	5.988.547	5.449.038	4.805.761	-643.277
	24.799.039	22.915.121	21.891.843	20.769.496	19.569.521	-1.199.975



Em relação às dívidas a terceiros, 2015 à semelhança de 2014, foi um ano em que o Município deu atenção ao pagamento das dívidas antigas, bem como à dívida recente tendo a mesma sido sua maioria liquidada em 90 dias. Deve-se evidenciar que está contabilizada uma dívida à empresa “MRG – Engenharia e Construções S.A.” relativa ao edifício de habitação social situado no bairro de Stª Luzia, no valor de 1.303.431€, cujo valor deveria ser reduzido por força de pagamentos resultantes de um contrato de arrendamento. Contrato esse que previa o abatimento das rendas pagas mensalmente pelo Município no valor de 4.435,64€ pelo Município ao valor da dívida em causa, mas que a empresa até à data não cumpriu com o estipulado no contrato, alegando a existência de um processo judicial, apesar de ter contratualizado com o abatimento da dívida. De acordo com os pagamentos já efetuados desde 2012, o valor da dívida em causa já deveria ter sido reduzido em 163.376,55€.

Está também contabilizada nas dívidas a terceiros a participação do Município no Fundo de Apoio Municipal (FAM) no valor global de 387.598,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto. De acordo com o SATAPOCAL, a contabilização da participação dos Municípios no FAM deverá ser contabilizada nas dívidas a terceiros por contrapartida de uma conta de investimentos financeiros, que se encontra no ativo do balanço. Esta dívida apesar de constar nas dívidas a terceiros, não deverá ser tida em conta no



cálculo do endividamento do Município, situação que será analisada mais à frente neste relatório.

Assim, registou-se efetivamente uma grande redução da dívida a terceiros, sendo que a maior parte da redução resultou da amortização da dívida bancária, mas também de dívida resultante de acordos de pagamento. Se for descontada a participação no FAM, em 2015 a redução de dívidas a terceiros face a 2014 foi de 1.587.574€.

- Conta 273 - Acréscimos de Custos

Os montantes incluídos nesta conta do balanço, referem-se a custos de 2015 e que apenas serão pagos em 2016, onde se incluem juros de empréstimos bancários, eletricidade, comunicações, rendas, férias do pessoal, etc..

- Conta 274 - Proveitos Diferidos

O saldo desta conta reflete os proveitos que devem ser reconhecidos em exercícios futuros, nomeadamente os subsídios a investimentos, tais como as participações das candidaturas, cujas receitas obtidas não devem ser reconhecidas pela totalidade no ano da sua obtenção. Estas devem ser diferidas pelos anos de vida útil dos bens a que dizem respeito pela mesma proporção das respetivas amortizações.



4.2 – Demonstração de resultados

- Conta 67 - Provisões do exercício

Esta conta reflete o reforço de provisões para riscos e encargos, resultantes de alguns processos judiciais em curso.

- Conta 69 – Custo e perdas extraordinárias

Aqui estão incluídos os encargos e faturas de anos anteriores mas que só foram contabilizadas em 2015, restituições e diversas regularizações.

- Conta 71 – Vendas e prestações de serviços

Estas contas contêm essencialmente as receitas resultantes da cobrança de água e saneamento aos munícipes.

- Conta 72 – Impostos e taxas

As receitas com o IMI, IMT, IUC, derrama e taxas e são contabilizadas nesta conta. Também são contabilizados impostos indiretos e acertos de



reembolsos, restituições e anulações. O quadro seguinte demonstra a evolução das receitas de impostos contabilizadas nesta conta nos últimos anos:

	2011	2012	2013	2014	2015
IMI	555.962	625.000	749.582	923.937	957.133
IUC	130.258	130.792	159.450	145.889	144.778
IMT	71.600	93.169	48.057	74.783	88.341
Derrama	0	0	104.102	114.777	106.540
	757.820	848.962	1.061.191	1.259.386	1.296.792

Estes valores divergem dos constantes nas execuções orçamentais por causa das especializações das receitas ao respetivo ano. No entanto é visível a estabilização da receita face a 2014.

- Conta 73 – Proveitos suplementares

Nesta conta está contabilizada a renda de concessão paga pela EDP.

- Conta 75 – Trabalhos para a própria entidade

Através da contabilidade analítica foi possível fazer o apuramento dos custos dos trabalhos para a própria entidade que devem ser refletidos no património do Município, que em 2015 foram valorizados em 47.103,01€. Estes montantes foram calculados de acordo com os custos apurados de mão-de-obra, gastos de viaturas e outros custos, sendo que algumas despesas foram



contabilizadas diretamente nas contas de imobilizado, não estando aqui refletidas.

- Conta 79 – Proveitos e ganho extraordinários

Neste saldo estão incluídas algumas regularizações de dívidas transitadas de anos anteriores, bem como a especialização e acertos das receitas de comparticipações recebidas tendo em conta o critério de especialização dos exercícios.

- Conta 88 – Resultado líquido do exercício

Os resultados do Município registaram um valor positivo de 252.082,64€. Este valor reflete uma redução face ao ano anterior essencialmente devido ao facto de que em 2015 não terem sido transferidos para o Município tantos fundos comunitários como no ano anterior, bem como houve um grande aumento de provisões efetuadas no âmbito de processos judiciais que poderão implicar o pagamento de juros pelo Município, de onde se destaca o processo relativo à habitação social com a “MRG – Engenharia e Construções S.A.”. Este resultado líquido positivo é sinal de que o Município não utilizou as receitas obtidas em 2015 para gerar novos custos, mas que essas verbas foram essencialmente aplicadas na redução das dívidas já existentes, contribuindo para a redução de dívidas a terceiros já analisadas anteriormente.



5 – Situação Financeira

A situação financeira do Município é de desequilíbrio financeiro estrutural conforme o definido na anterior Lei das Finanças Locais (LFL), pelo que pela lei atual a situação é de recuperação financeira estando o Município obrigado a aceder ao Fundo de Regularização Municipal, regulamentada pela Lei 53/2014 de 25 de agosto. Tal como já foi referido neste relatório, a candidatura ao FAM foi aprovada a 01-09-2015, mas entretanto foi solicitada uma reestruturação ao mesmo pela própria Comissão Executiva visto haver a possibilidade de se conceder um financiamento superior ao Município.

Apesar desta situação o Município de Celorico da Beira tem conseguido reduzir a dívida e cumprir com as exigências de redução de dívida imposta pela atual LFL. Também tem cumprido com uma das exigências imposta Lei dos Compromissos no que diz respeito aos pagamentos em noventa dias. O Município tem também conseguido realizar ao longo dos últimos anos investimentos estruturantes com o recurso a fundos comunitários, de onde se destacam a requalificação da rede viária do concelho, bem como a manutenção de infraestruturas já existentes. O atraso na aprovação dos financiamentos associados ao PAEL e reequilíbrio financeiro condicionou a redução dos pagamentos em atraso exigidos pela Lei dos Compromissos. A situação de desequilíbrio financeiro estrutural em conjunto com a adesão ao PAEL impôs diversas condições que condicionam a atividade do Município, nomeadamente o cumprimento rigoroso dos objetivos estipulados no plano a nível de elaboração e execução orçamental, bem como a maximização das



receitas provenientes de taxas e impostos cobrados aos Municípios. O próprio Orçamento de Estado impõe várias condicionantes nomeadamente a nível das transferências estatais, nas despesas com pessoal e endividamento das autarquias, pelo que diversos critérios utilizados análise da situação financeira dos Municípios variam de ano para ano principalmente a nível do endividamento líquido, o que nem sempre permite uma avaliação uniforme da situação financeira.

Apesar de todas as condicionantes mencionadas anteriormente, o Município encontra-se no caminho da recuperação financeira, tendo reduzido o endividamento à semelhança dos anos anteriores, devendo ser também esse o objetivo principal nos próximos anos de acordo com o estipulado nos planos de adesão ao FAM. A Assembleia deliberou ainda em 28-12-2015 a internalização da EMCEL, nos termos da nos termos do art. 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, situação essa que já estava prevista no estudo que acompanha a candidatura ao FAM. De acordo com as contas apresentadas pela empresa municipal, os resultados de 2015 são negativos, pelo que tendo em conta o estipulado no art. 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, deverá o Município em 2015 realizar uma transferência para a empresa de modo a equilibrar os resultados. Tendo em consideração que a empresa será internalizada em 2016, esta cobertura de prejuízos deverá apenas ser para liquidar dívidas em atraso a fornecedores da EMCEL pelo que poderá não ser necessário fazer uma cobertura completa dos prejuízos.

A nova Lei das Finanças Locais que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014 trouxe várias alterações em relação ao que estava em vigor desde 2007,



nomeadamente a nível de distribuição dos fundos estatais pelas autarquias e a nível do cálculo do endividamento, e das regras de equilíbrio orçamental, o que irá influenciar a gestão financeira do Município nos próximos anos.

5.1 – Análise de Rácios

De seguida iremos demonstrar alguns indicadores de modo a analisar a situação financeira do Município de Celorico da Beira:

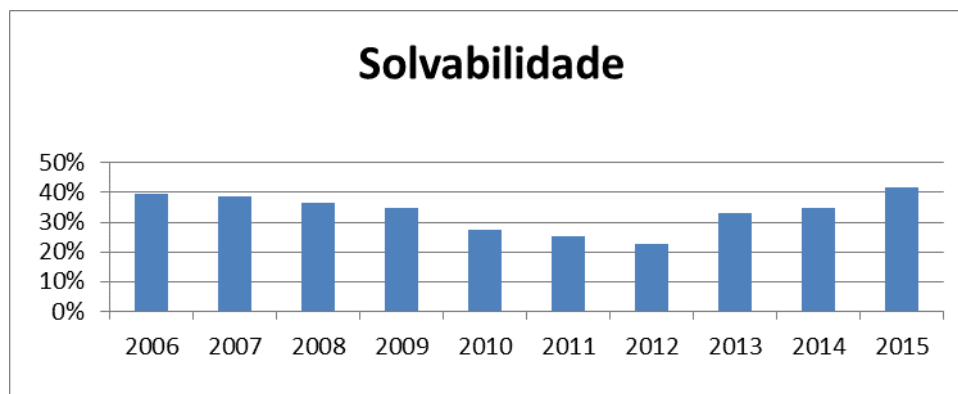
	2011	2012	2013	2014	2015
1 Solvabilidade (FP/P)	25%	23%	33%	35%	42%
2 Autonomia Financeira (FP/A)	20%	18%	25%	25%	29%
3 Liquidez Geral (A circ/P circ)	17,71%	13,53%	12,73%	14,96%	14,59%

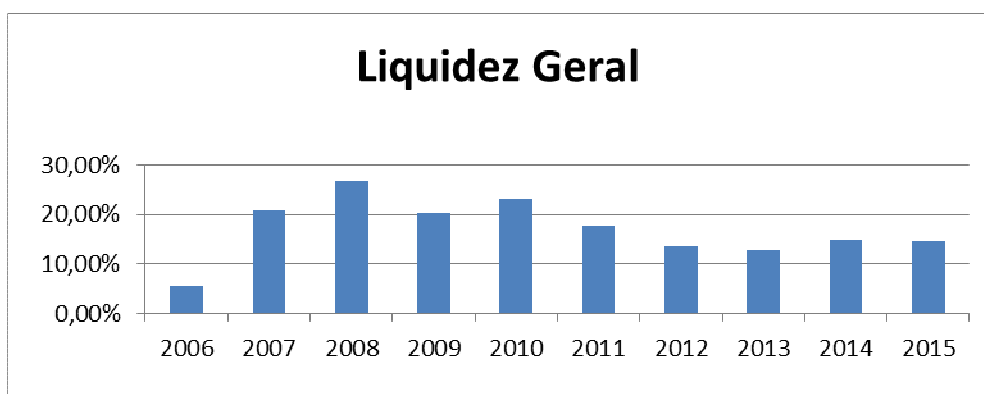
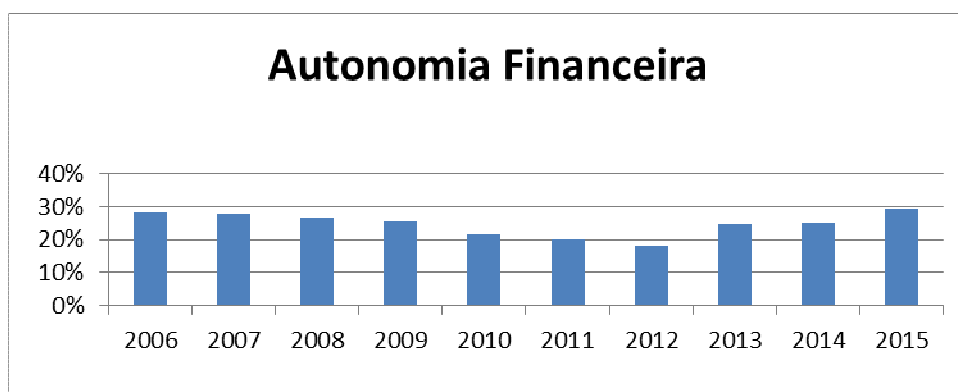
1 - Indica se os capitais próprios são suficientes para solver a dívida. Expõe o grau de dependência em relação aos credores;

2 - Quanto maior o rácio, menor é a dependência face a financiamentos externos. Valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. O ideal é ser superior a 33%;

3 - Dá a capacidade de se solver as obrigações de curto prazo na data de vencimento. Quanto maior melhor;

Gráficos:





Os valores de 2015 dos rácios apresentam um ligeiro acréscimo face ao ano anterior na solvabilidade e autonomia financeira devido às valorizações patrimoniais no ativo e capital próprio da autarquia, bem como devido à diminuição do passivo em mais de um milhão e setecentos mil de euros face ao ano anterior. A liquidez geral apresenta um decréscimo devido à ligeira diminuição do ativo circulante face ao ano anterior.



5.2 – Endividamento

De acordo com o estipulado na lei e tendo em consideração os limites para 2015 apurados pela DGAL, temos os seguintes valores provisórios de endividamento referentes a 31-12-2015:

	31-12-2015
Limite Endividamento 2015	10.445.995,59
Dívida Total 01-01-2015	20.259.578,35
Excesso a 01-01-2015	9.813.582,76
Dívida Total a 31-12-2015	19.569.520,93
Endividamento não orçamental	87.984,58
Participação no FAM	387.598,52
Dívida final	19.093.937,83
Excesso à data	8.647.942,24
10% a reduzir em 2015	981.358,28
Redução do excesso a 31-12-2015	1.165.640,52
% de excesso reduzido	-11,88%

De acordo com os cálculos internamente efetuados, à data da elaboração deste relatório, em 2015 houve uma diminuição do excesso do endividamento líquido em 11,88% face aos limites previstos. Esta redução superou os 10% exigidos pela nova LFL. Os dados oficiais da DGAL relativamente a 2015 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas após 30 de Abril do corrente ano. Ao endividamento atrás referenciado ainda falta incluir eventuais contribuições das entidades participadas pelo Município, cuja informação ainda não dispomos à presente data, pelo que o valor poderá apresentar ligeiras discrepâncias face ao valor definitivo a publicar pela DGAL.



5.3 – Lei dos compromissos

No que diz respeito ao cumprimento da Lei dos Compromissos, o Município tem tentado cumprir com os pagamentos em 90 dias, tem implementado procedimentos para se evitarem despesas sem compromisso prévio, tem contabilizado os compromissos plurianuais sendo os mesmos comunicados à Assembleia Municipal e tem controlado os fundos disponíveis e reduzido os pagamentos em atraso. A obtenção do financiamento do FAM permitirá eliminar a totalidade dos pagamentos em atraso, sendo que entretanto o Município está a realizar acordos de pagamentos com diversas entidades com o objetivo de reduzir essas dívidas de acordo com as disponibilidades do Município. Dentro desses acordos destaca-se o realizado com a ADSE que permitiu uma grande redução dos pagamentos em atraso. A aplicação da Lei dos Compromissos tem sido uma prioridade para o Executivo, sendo vista como uma forma de melhoria dos procedimentos de realização de despesa. Mais se informa que de acordo com as alterações efetuada à Lei dos Compromissos impostas pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, e de acordo com as instruções emitidas pela DGAL, deverão fazer parte das contas de gerência de 2015, declarações relativas aos compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso, estando esses mesmos documentos anexos a estas contas de gerência.



6 – Aplicação do Resultado Líquido do Exercício

Conforme evidenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, o Resultado Líquido apurado no exercício de 2015 foi positivo no valor de 252.082,64€, pelo que nos termos do estipulado no ponto 2.7.3 do POCAL, em 2016 deverá ser transferido para a conta 59 – “Resultados Transitados”.



7 – Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Até à presente data não ocorreram factos relevantes que afetem as contas de 2015.

O Presidente da Câmara

(José Francisco Gomes Monteiro, Eng.)